

3. Diversos

RELATÓRIOS

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE LEIRIA, C.R.L.

Sede social: Avenida Combatentes da Grande Guerra, 33 — 2400-123 Leiria.
Capital social: 23 805 210 euros.
Pessoa colectiva n.º 500978921.
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o n.º 3.

Relatório e contas de 2005

Relatório da direcção

1 — Enquadramento da actividade

1.1 — Economia da área do euro

A exemplo do que havia acontecido no ano anterior, o presente exercício viu a sua actividade económica fortemente influenciada pelo preço dos combustíveis fósseis, nomeadamente pelo petróleo, que cresceu 45% em relação a 2004.

Entretanto, nos países exteriores à área, mas que mais a influenciam, os Estados Unidos da América, o Japão e o Reino Unido, a actividade económica mostrou neste exercício maior dinamismo.

A taxa de variação do índice de preços ao consumidor em 2005, na área euro, fixou-se nos 2,2%, o que corresponde a um aumento da inflação da ordem de 0,1 pontos percentuais em relação aos dois anos anteriores.

Na zona euro a taxa de desemprego situou-se nos 8,4% da população activa, (8,8% no ano anterior).

Dos resultados conhecidos quanto ao desempenho dos diversos países em termos do Pacto de Estabilidade e Crescimento, constata-se que a Bélgica, a Espanha, a Finlândia e a Irlanda, mantêm excedentes orçamentais, enquanto que os restantes países têm programas de redução dos défices, que esperam cumprir. Quanto ao *ratio* da dívida pública, a Bélgica, a Grécia e a Áustria prevêem reduções, enquanto que na França e em Portugal a dívida se situa acima do limite dos 60% do PIB, que como se sabe é o valor de referência máximo previsto no PEC.

No final do ano a taxa de câmbio do euro mostrou depreciações em relação às outras moedas de referência, dólar, libra, iene, na ordem de 13,4, 2,8 e 0,5 pontos de percentagem, respectivamente. No mesmo período o euro apreciou-se em 0,8% em relação ao franco suíço.

O índice bolsista da área euro cresceu 23,0%, no ano de 2005.

1.2 — Economia de Portugal

O consumo privado registou ao longo do ano uma tendência decrescente, mais acelerada no 2.º semestre do período.

Entretanto, no último trimestre do ano o indicador de confiança dos consumidores mostrou melhores valores do que no trimestre anterior.

As vendas de veículos, que no ano de 2004 haviam crescido 4,1%, registaram no ano em análise um crescimento de 3,0%.

No sector da construção civil e obras públicas merece referência o decréscimo de vendas de cimento, que se cifrou nos 3,3%, mais acentuado portanto que no ano anterior, em que a quebra tinha sido de 1,7 pontos de percentagem.

Os valores do comércio internacional já apurados, referem-se aos três primeiros trimestres do ano, e revelam que a um aumento das exportações de 2,2% correspondeu um incremento das importações de 5,7%, contribuindo assim para o agravamento da balança corrente.

A variação média anual do índice de preços foi de 2,3%, menos 0,1 pontos percentuais que em 2004.

A taxa de desemprego voltou a agravar-se no ano em apreciação. Segundo o Instituto do Emprego e Formação Profissional, no fim do ano estavam registados cerca de 480 000 portugueses na situação de desemprego, correspondentes, em termos médios anuais, a 7,6% da população activa (6,7% em 2004 e 6,5% em 2003).

Embora ainda abaixo da média europeia, o nosso País foi o que registou maior aumento em 2005, com especial relevo para o último trimestre do ano, em que a taxa de desemprego atingiu os 8 pontos percentuais, cerca de 1% a mais que no trimestre homólogo do ano de 2004.

A taxa de variação anual do montante dos empréstimos bancários manteve-se muito estável, pois a uma ligeira desaceleração do crédito ao consumo e outros fins, correspondeu um também discreto aumento dos empréstimos para compra de habitação.

As taxas de juro médias cobradas aos clientes sofreram pequenos ajustamentos em alta, nos últimos meses do ano.

A taxa de juro que remunera os depósitos também sofreu pequeno aumento, fixando-se em 1,98%.

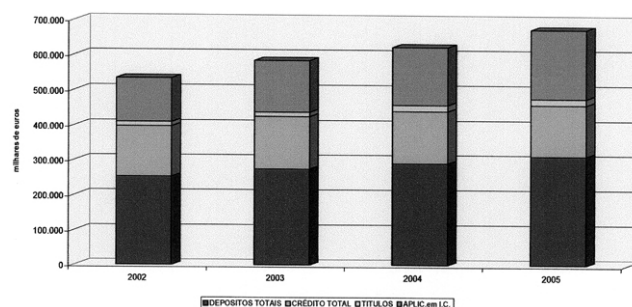
No ano de 2005 o índice da bolsa portuguesa, o PSI Geral, aumentou 17,2%.

2 — Área comercial

O volume de negócios viu o seu saldo aumentar em 2005 mais de 50 milhões de euros, correspondentes a um crescimento de 8,29% em relação ao exercício anterior.

Como se mostra no mapa da formação deste agregado, houve um decréscimo do montante do crédito concedido e crescimentos significativos na captação de recursos e na sua aplicação em instituições de crédito.

Volume de negócios



Formação do volume de negócios

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004	Variação	
			Valor	Percent.
Depósitos totais	312 046	290 332	21 714	7,48
Crédito total	147 782	150 492	- 2 710	- 1,80
Títulos	18 429	18 031	398	2,21
Aplicações em instituições de crédito	197 526	165 231	32 295	19,55
Volume negócios	675 783	624 086	51 697	8,28

2.1 — Captação de recursos

Os recursos captados aos clientes cresceram no exercício mais aceleradamente do que se tinha verificado no ano transacto, nomeadamente os colocados à ordem que superaram as expectativas.

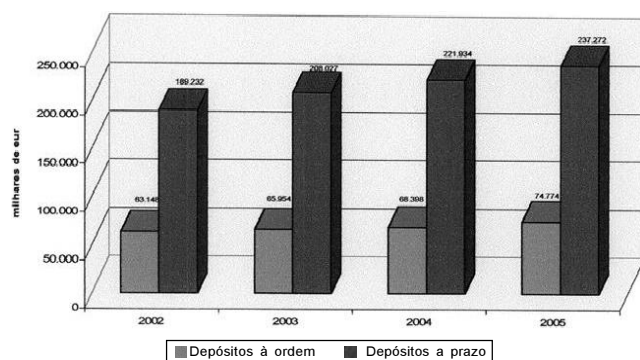
Os depósitos não à ordem viram o seu saldo aumentar mais de 15 milhões de euros e, no seu conjunto, o montante dos recursos alheios cresceu mais de 26 milhões de euros no exercício em análise.

A estrutura da carteira de depósitos é favorável, já que os colocados à vista representam 23,96% do total dos recursos de clientes.

Formação dos recursos alheios

	2005		2004		Variação	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Depósitos à ordem	74 774	23,14	68 398	23,04	6 376	9,32
Depósitos a prazo	237 272	73,44	221 934	74,76	15 338	6,91
Total de recursos de clientes	312 046	96,58	290 332	97,80	21 714	7,48
Recursos de instituições de crédito	11 042	3,42	6 529	2,20	4 513	69,12
<i>Total de recursos</i>	323 088	100,00	296 861	100,00	26 227	8,83

Evolução dos depósitos



2.2 — Activos

O conjunto dos saldos das rubricas que constituem os activos de negócio da Caixa cresceu em 2005 cerca de 30 milhões de euros, correspondentes a um incremento de 8,94 pontos percentuais, atingindo o montante de 364 817 milhares de euros.

O crédito a clientes voltou a decrescer e representa, agora, pouco mais de 40% do agregado dos activos de negócio da instituição. Nos anos anteriores representava, 44,9%, 48,6%, 51,1%, respectivamente em 2004, 2003 e 2002.

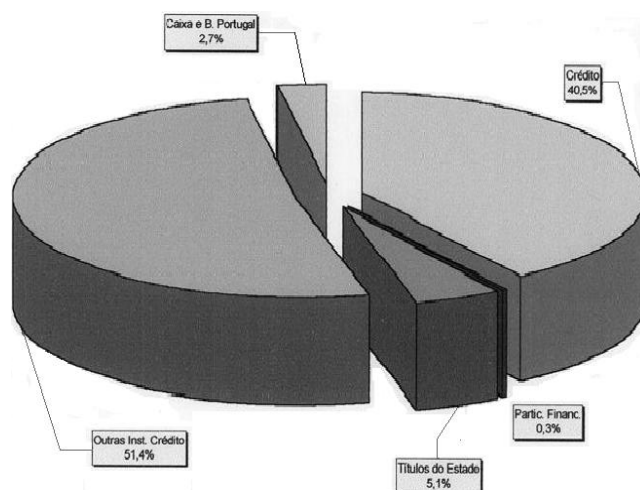
Em sentido inverso têm evoluído as aplicações em instituições de crédito, cujo montante cresceu em 2005 mais de 20% e representa mais de 51% do agregado.

A carteira de títulos do Estado que a Caixa detém, foi reforçada em cerca de 400 milhares de euros e representa um pouco mais de 5% deste conjunto de activos.

Evolução dos activos

	2005		2004		Variação	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Caixa e Banco Portugal	9 777	2,68	9 422	2,81	355	3,77
Outras instituições de crédito	187 749	51,46	155 809	46,53	31 940	20,50
Créditos sobre clientes	147 782	40,51	150 492	44,94	- 2 710	- 1,80
Títulos do Estado	18 429	5,05	18 031	5,38	398	2,21
Participações financeiras	1 080	0,30	1 120	0,33	- 40	- 3,57
<i>Total</i>	364 817	100,00	334 874	100,00	29 943	8,94

Activos



2.2.1 — Aplicações creditícias:

A evolução da conjuntura económica em Portugal aconselhou a que não se alterassem, no exercício de 2005, os critérios restritivos adoptados na concessão de empréstimos ao sector privado, tendo-se portanto mantido a mesma política do ano anterior, que se baseou em critérios de grande prudência em termos de avaliação do risco e selectividade na admissão de novos clientes.

Esta circunstância originou que, pelo segundo ano consecutivo, decrescesse o volume do crédito concedido, tendo-se no exercício em análise esse decréscimo cifrado em 1,8%.

Crédito concedido

	2005		2004		Variação	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Crédito vincendo	135 228	40,51	138 514	44,94	- 3 286	- 2,37
Crédito vencido	12 554	3,42	11 978	3,59	576	4,81
<i>Total</i>	147 782	40,51	150 492	44,94	- 2 710	- 1,80

2.2.1.1 — Crédito vincendo:

Discriminação do crédito vivo

	2005		2004		Variação	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Empréstimos + conta corrente	92 117	68,12	96 498	69,67	- 4 381	- 4,54
Crédito à habitação	39 367	29,11	37 503	27,08	1 864	4,97
Desconto	3 744	2,77	4 513	3,26	- 769	- 17,04
Total	135 228	100,00	138 514	100,00	- 3 286	- 2,37

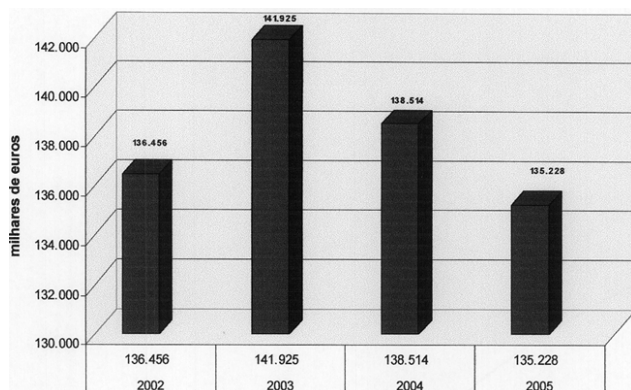
O crédito vivo viu o seu saldo decrescer 2,37%, valor quase idêntico ao que se havia verificado no exercício anterior, em relação a 2003 (- 2,40%).

Para aquele decréscimo do saldo no exercício findo, contribuiu a transferência para crédito vencido de alguns empréstimos e a quebra na renovação de créditos pelas razões atrás apontadas.

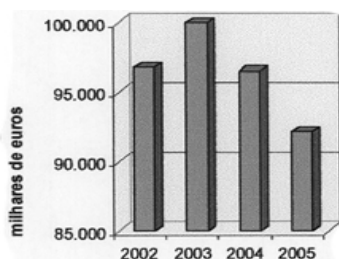
O crédito para aquisição de habitação própria, que já representa mais de 29% do total da rubrica, foi uma exceção a esta tendência depressiva, facto que se explica pela especificidade deste tipo de crédito, nomeadamente em termos de risco.

Esta circunstância, acrescida à forte pressão concorrencial neste sector específico, na área do crédito, leva a que a generalidade das instituições bancárias sejam menos restritivas nos critérios de apreciação das respectivas operações.

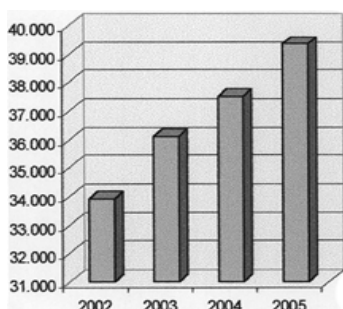
Evolução do crédito vivo



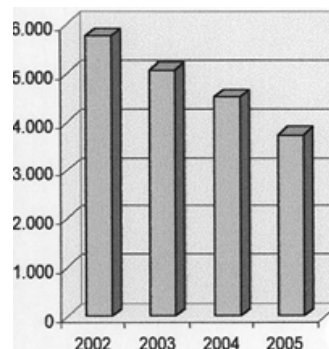
Empréstimos + conta corrente



Habitação



Desconto



2.2.1.2 — Crédito vencido:

O *ratio* que confronta o crédito e juros vencidos com o crédito total, viu o seu valor crescer 0,53 pontos percentuais no ano que findou, passando a cifrar-se em 8,49%.

Considerando os montantes em atraso há mais de três meses e há mais de 12 meses, esse *ratio* passou a apresentar os valores de 8,22% e 7,29%, respectivamente.

O cálculo do *ratio* ajustado, que mede a razão entre o crédito em incumprimento líquido com o crédito total líquido, mostra-nos um valor de 1,57%, contra os 2,76% que o mesmo indicador apresentava no fecho do exercício de 2004.

O crescimento mais acelerado das provisões específicas, que de 2004 para 2005 cresceram cerca de 28%, justifica a evolução do referido *ratio* ajustado.

Os valores elevados de crédito em incumprimento referem-se a um número reduzido de processos de empréstimo, cujos procedimentos judiciais estão em desenvolvimento, na generalidade suportados por garantias reais que, tudo leva a crer, vão permitir um satisfatório ressarcimento dos valores em dívida e consequente recuperação das provisões constituídas.

As taxas de cobertura por provisões do crédito vencido, melhoraram sensivelmente no exercício findo, sendo a do crédito vencido total, 91,42%, a do crédito vencido há mais de três meses de 94,46% e há mais de um ano de 106,42%.

No ano anterior ao que se analisa, estes indicadores cifravam-se em 78,29%, 79,86% e 105,25%, respectivamente.

Estrutura do crédito vencido por classes

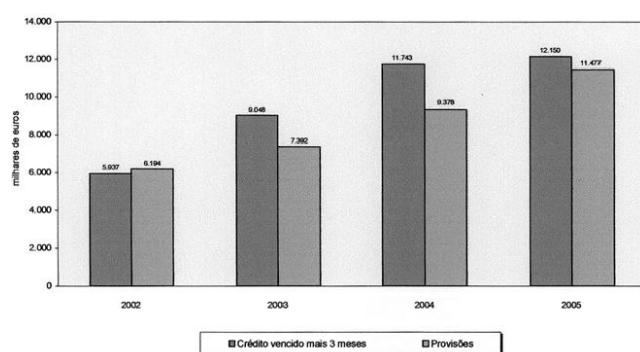
Classes de atraso	2005	2004	Variação	
	Milhares de euros	Milhares de euros	Valor	Porcentagem
I — Até 3 meses	404	235	169	71,91
II — De 3 a 6 meses	752	163	589	361,35
III e IV — De 6 meses a 12 meses	813	2 670	- 1 857	- 69,55
V-IX — De 1 ano a 3 anos	5 923	5 830	93	1,60
X-XII — Mais de 3 anos	4 655	3 073	1 582	51,48
Juros vencidos a regularizar	7	7	-	-
Total	12 554	11 978	576	4,81

Evolução dos indicadores de crédito vencido

(Em milhares de euros)

Indicadores	2005	2004	Variação	
			Valor	Percent.
Crédito concedido	147 782	150 492	— 2 710	— 1,80
Crédito vencido	12 554	11 978	576	4,81
Crédito vencido menos três meses	404	235	169	71,91
Crédito vencido há mais de três meses	12 143	11 736	407	3,47
Crédito vencido há mais de um ano	10 578	8 903	1 675	18,81
Crédito vencido há menos de três meses em relação ao crédito vencido total (percentagem)	3,22	1,96	p.p. + 1,26	64,28
Crédito vencido há mais de três meses em relação ao crédito vencido total (percentagem)	96,78	98,04	p.p. — 1,26	— 1,29
Crédito vencido há mais de um ano em relação ao crédito vencido total (percentagem)	85,91	74,39	p.p. + 11,52	15,48
Provisões totais para crédito:				
Riscos gerais de crédito	1 488	1 568	— 80	— 5,10
Crédito vencido e cobrança duvidosa	9 989	7 810	2 179	27,90
<i>Total</i>	<i>11 477</i>	<i>9 378</i>	<i>2 099</i>	<i>22,38</i>
Ratios do crédito vencido em relação ao crédito total (percentagem):				
Ratio de crédito e juros vencidos totais	8,49	7,96	p.p. + 0,53	6,66
Idem vencidos há mais de três meses	8,22	7,80	p.p. + 0,42	5,38
Idem vencidos há mais 12 meses	7,29	5,92	p.p. + 1,37	23,14
Ratio ajustado (crédito com incumprimento líquido/crédito total líquido)	1,57	2,76	p.p. — 1,19	— 43,12
Taxas de cobertura por provisões (percentagem):				
Crédito vencido total	91,42	78,29	p.p. + 13,13	16,77
Crédito vencido há mais de três meses	94,46	79,86	p.p. + 14,60	18,28
Crédito vencido há mais de um ano	106,42	105,25	p.p. + 1,17	1,11

Provisionamento do crédito vencido há mais de três meses



2.2.1.3 — Garantias:

a) Crédito vivo:

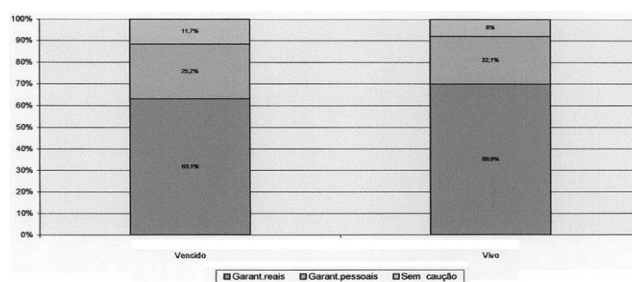
O crédito vivo cujo montante se elevava a 135 228 milhares de euros, estava caucionado por garantias reais em 94 461 milhares de euros, correspondentes a cerca de 70% daquele valor.

Através de fiança, estão caucionados 29 863 milhares de euros e sem caução 10 904 euros, que correspondem a 22 e a 8 pontos percentuais, respectivamente.

b) Crédito vencido:

Dos 12 554 milhares de euros na situação de vencidos e não pagos, 7916 milhares de euros (63,1%) estão garantidos por hipoteca ou penhor, 3166 milhares de euros (25,2%) estão caucionados por garantias pessoais e 1472 milhares de euros (11,7%) não beneficiam de caução específica.

Crédito vencido e vivo por tipo de garantias



2.2.2 — Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito:

Como atrás se referiu os saldos das contas que exprimem a captação de recursos e os das que correspondem à concessão de crédito, evoluíram em sentidos opostos, crescendo as primeiras e decrescendo estas últimas.

As razões que justificam a quebra no montante dos empréstimos baseiam-se, mais nos critérios apertados de avaliação do risco, do que propriamente na falta de procura.

A conjuntura económica desfavorável, induz a percepção de mais dificuldades para o cumprimento do serviço da dívida, concorrendo para que haja da parte da Caixa uma maior exigência em termos de taxas e da qualidade das garantias.

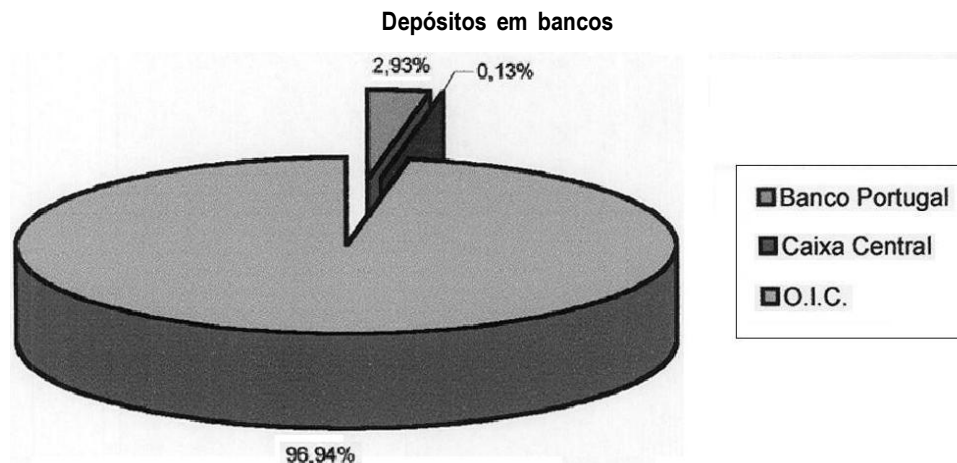
Nestas circunstâncias tem-se optado por canalizar as disponibilidades para junto de outras instituições de crédito interessadas, sacrificando a rentabilidade, mas salvaguardando o risco.

Os montantes colocados na Caixa Central a prazo, atingiram a maturação e não foram renovados, o que justifica a expressiva diminuição do saldo.

Os montantes colocados junto das outras instituições de crédito aumentaram, no exercício, cerca de 32,8 milhões de euros, correspondentes a um incremento de mais de 21 pontos percentuais.

Aplicações e disponibilidades em outras instituições de crédito e no Banco de Portugal

	2005		2004		Variação	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Banco de Portugal	5 673	2,93	4 976	3,09	697	14,01
Caixa Central	254	0,13	1 090	0,68	— 836	— 76,70
Outras instituições de crédito	187 495	96,94	154 719	96,23	32 776	21,18
<i>Total</i>	193 422	100,00	160 785	100,00	32 637	20,30



2.2.3 — Participações financeiras:

Esta rubrica não sofreu qualquer alteração na sua estrutura no ano de 2005, justificando-se a alteração do saldo pelo reforço das provisões, referentes à participação no capital da SIBS.

Evolução das participações financeiras

	2005		2004		Variação	
	Euros	Percent.	Euros	Percent.	Euros	Percent.
SIBS (valor de subscrição)	1 210 682	—	1 210 682	—	—	—
Provisão	133 173	—	93 724	—	—	—
SIBS (líquido)	1 077 509	99,76	1 116 958	99,76	— 39 449	— 3,53
Mapicentro	600	0,06	600	0,05	—	—
Fenacam	60	0,01	60	0,01	—	—
SWIFT	1 980	0,17	1 980	0,18	—	—
<i>Total</i>	1 080 149	100,00	1 119 598	100,00	— 39 449	— 3,52

3 — Área de meios

3.1 — Recursos humanos

O quadro de pessoal da Caixa de Leiria não sofreu alterações sensíveis, havendo somente a registar a redução de uma unidade durante o ano de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005 a Caixa tinha ao seu serviço 113 trabalhadores.

3.2 — Recursos tecnológicos e informáticos

No decorrer do exercício de 2005 introduziram-se alterações nesta área, que conduziram a melhorias na operacionalidade da instituição, em três vectores principais:

- Reforçaram-se os meios humanos afectos;
- Adquiriu-se novo equipamento;
- Acedeu-se a novas e melhores soluções de *software*.

Foi contratado para os quadros da Caixa um técnico qualificado e com larga experiência na área informática do sector bancário.

Modernizou-se diverso equipamento, nomeadamente em termos de novas unidades de impressão a laser. Reforçou-se também a opera-

cionalidade de diversas estações de trabalho, com especial incidência nos gabinetes de informática, de auditoria e departamento jurídico.

Em termos de *software* actuou-se nas duas áreas, na aplicação central e naquela que tem ligações com o exterior.

Assim:

Na área interna teve especial relevância o desenvolvimento nos programas de contabilidade para adaptação às novas normas contabilísticas (NCA).

Em termos de módulos com ligações ao exterior saliente-se a grande evolução no Modelo Global SIBS, com implementação da nova versão Real Time/MB, que permitiu à Caixa ser pioneira na disponibilização do novo cartão Multibanco, com chip integrado.

Nesta área merecem ainda registo os melhoramentos originados pela introdução de novos códigos de movimentação, no subsistema «Efeitos/SIBS».

3.3 — Rede de distribuição

3.3.1 — Construção de novas instalações:

No fecho do exercício as obras das novas instalações da delegação de Monte Real encontravam-se na fase de acabamentos finais, prevendo-se a sua conclusão no 1.º trimestre de 2006.

Trata-se de uma instalação construída de raiz para o efeito, que vai permitir que aquela que foi a primeira delegação da Caixa de Leiria, possa oferecer à sua vasta clientela uma área que, em dimensão e funcionalidade, se adequa ao movimento do balcão.

3.3.2 — Obras de beneficiação e reconversão:

Após aprovação dos projectos de arquitectura pela Câmara Municipal e pelo IPPAR, tiveram início no 3.º trimestre do ano, as obras de recuperação e adaptação do edifício, palácio dos Ataídes, que a Caixa adquiriu em 2004.

Após concluída a intervenção no palácio, passará o mesmo a albergar os serviços centrais desta instituição bancária e a sede da Fundação Caixa Agrícola de Leiria.

3.4 — Dimensão

Indicadores de dimensão	2005	2004
Activo líq. do balanço (milhares de euros)	367 386	339 462
Activo líquido médio (milhares de euros)	355 692	330 449
Recursos próprios do balanço (milhares de euros)	39 574	38 138
Recursos próprios médios (milhares de euros)	39 169	34 931
Número de trabalhadores (unidades)	113	114
Balcões (unidades)	16	16
Contas de D. O. activas (unidades)	41 175	40 280
Máquinas multibanco (unidades)	25	23
Terminais pagamento automático (unidades)	173	150

Os indicadores que se referem no quadro, mostram que a Caixa de Leiria tem vindo a reforçar a sua intervenção junto das populações dos três concelhos que integram a sua área de actuação.

4 — Área social

O universo dos associados da Caixa de Leiria registou o seguinte movimento no ano de 2005:

Sócios em 31 de Dezembro de 2004	13 248
Sócios admitidos no ano de 2005	83
	13 331
Sócios demitidos a seu pedido no ano de 2005	87
Sócios falecidos e excluídos no ano de 2005	2
	13 242

5 — Resultados, eficiência e rentabilidade

5.1 — Análise e decomposição dos resultados

Os resultados operacionais do exercício de 2005 cifraram-se em 5000 milhares de euros, 485 milhares de euros inferiores aos do ano anterior, correspondentes a uma quebra de 8,84%.

Considerados os montantes das amortizações e o movimento de provisões, constituídas e repostas, encontrou-se o resultado de exploração, que no ano em análise se fixou em 2279 milhares de euros, sensivelmente inferior ao do ano transacto.

Depois do apuramento dos ganhos e perdas extraordinários, referentes a exercícios anteriores, e do cálculo dos impostos encontrou-se em 31 de Dezembro de 2005, um lucro líquido de 2150 milhares de euros.

Veja-se em pormenor a evolução das principais variáveis homólogas e a sua influência na formação do resultado:

As variáveis que permitem o cálculo da margem evoluíram ambas no sentido menos favorável, diminuindo os juros e proveitos, face à quebra na concessão de crédito e aumentando os juros e custos, facto a que não é alheio o crescimento significativo dos recursos alheios;

Uma melhoria nos resultados das comissões e outros custos e proveitos de exploração, contribuiu para que o decréscimo do montante do produto fosse menos acentuado do que o do resultado financeiro;

Os custos administrativos comportaram-se dentro do que estava em plano, crescendo os custos com o pessoal dentro dos parâmetros a que conduzem as actualizações previstas na contratação colectiva, e os fornecimentos e serviços de terceiros que viram o seu saldo diminuir em relação ao ano anterior;

O valor líquido das provisões constituídas, cresceu fortemente (mais de 12%), com reflexos significativos nos resultados, mas também nas taxas de cobertura, por provisões, do crédito vencido.

Discriminação da evolução anual dos resultados de exploração

(Em milhares de euros)

Origem	Valor
Impacto positivo:	
Comissões e outras	36
Outros custos e proveitos	502
Fornecimento e serviços a terceiros	14
Amortizações	66
Total	618
Impacto negativo:	
Resultado financeiro	757
Custos com pessoal	280
Constituição de provisões	344
Reposição de provisões	7
Total	1 388

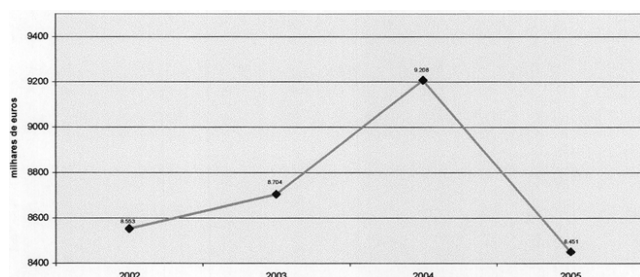
Nota. — Variação: 618 — 1388 = — 770.

Evolução dos resultados

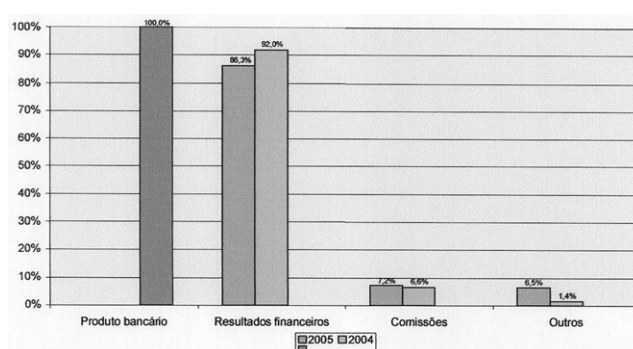
	2005	2004	Variação	
	Milhares de euros	Milhares de euros	Valor	Porcentagem
Juros e proveitos	14 171	14 600	— 429	— 2,94
Juros e custos	5 720	5 392	328	6,08
1 — Resultado financeiro	8 451	9 208	— 757	— 8,22
Comissões (líquido)	707	656	51	7,77
Outros custos e proveitos de exploração (líquido)	455	— 47	502	— 1 068,09
Operações financeiras e cambiais (líquido)	178	193	— 15	— 7,77
2 — Produto bancário de exploração	9 791	10 010	— 219	— 2,19
Custos com o pessoal	3 658	3 378	280	8,29
Fornecimentos e serviços de terceiros	1 133	1 147	— 14	— 1,22
3 — Custos administrativos	4 791	4 525	266	5,88

	2005	2004	Variação	
	Milhares de euros	Milhares de euros	Valor	Porcentagem
4 — Resultado operacional (2-3)	5 000	5 485	- 485	- 8,84
5 — Amortizações	533	599	- 66	- 11,02
6 — Provisões	3 192	2 848	344	12,08
7 — Reposição e anulação de provisões	1 004	1 011	- 7	- 0,69
8 — Resultados de exploração (4-5-6+7)	2 279	3 049	- 770	- 25,25
9 — Ganhos extraordinários	400	328	72	21,95
10 — Perdas extraordinárias	54	178	- 124	- 69,66
11 — Resultado do exercício antes de impostos (8+ 9-10)	2 625	3 199	- 574	- 17,94
Impostos sobre os lucros e outros impostos	475	424	51	12,03
12 — Lucro do exercício	2 150	2 775	- 625	- 22,52

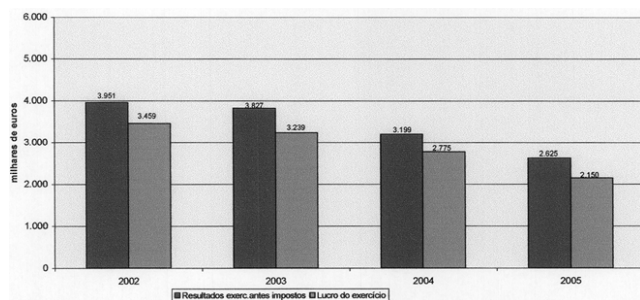
Evolução do resultado financeiro



Formação do produto bancário



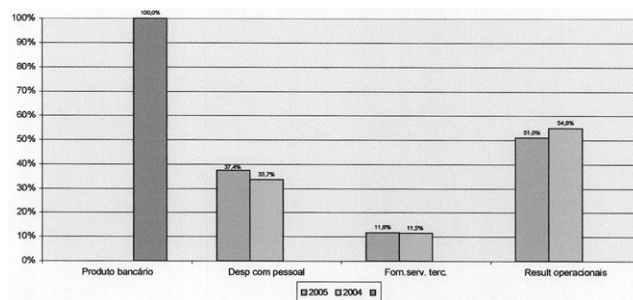
Resultados do exercício



Aplicação do produto bancário

	2005		2004	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Despesas com pessoal	3 658	37,4	3 378	33,7
Fornec. e serv. de terceiros	1 133	11,6	1 147	11,5
Resultados operacionais	5 000	51,0	5 485	54,8

Aplicação do produto bancário



Apesar da margem financeira se ter reduzido 8,22%, face ao bom comportamento das comissões e outros custos, o produto bancário somente decresceu 2,19 pontos percentuais.

A permanência da conjuntura com margens de intermediação muito esmagadas, levou a Caixa a adoptar uma filosofia mais realista e mais consentânea com a praticada na banca, em termos de preço e de novos serviços a cobrar, relacionados com a actividade bancária não financeira, que entraram em vigor no início de 2006.

No próximo exercício, será com certeza relevante a alteração na estrutura dos proveitos, originada por aquelas medidas.

Formação do produto bancário

	2005		2004	
	Milhares de euros	Porcentagem	Milhares de euros	Porcentagem
Resultados financeiros	8 451	86,3	9 208	92,0
Comissões	707	7,2	656	6,6
Outros	633	6,5	146	1,4

5.2 — Eficiência

O *ratio cost to income* que mede a eficiência, cresceu em relação ao ano anterior, face à evolução dos custos de funcionamento e ao produto bancário.

O valor de 54,38% atingido representa um valor favorável dentro da normalidade do sector bancário.

Cálculo do *ratio* de eficiência total (*cost to income*)

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Custos com o pessoal	3 658	3 378
Outros custos administrativos	1 133	1 147
Amortizações	533	599
Custos de funcionamento (A)	5 324	5 124
Produto bancário (C)	9 791	10 010
<i>Ratio cost to income</i> (A/C) (percentagem)	54,38	51,19

Evolução dos custos operacionais

(Em milhares de euros)

Contas	2005	2004	Variação	
			Valor	Percent.
1 — Custos com pessoal	3 658	3 378	280	8,29
Órgãos de gestão e fiscalização	276	277	— 1	— 0,36
Empregados	2 614	2 415	199	8,24
Encargos sociais	752	671	81	12,07
Outros custos com pessoal	16	15	1	6,67
2 — Fornecimentos e serviços de terceiros	1 133	1 147	— 14	— 1,22
Fornecimento de terceiros	187	208	— 21	— 10,10
Rendas e alugueres	23	21	2	9,52
Comunicação e despesas de expediente	223	245	— 22	— 8,98
Deslocações e estadas	78	75	3	4,00
Publicidade e edições	51	63	— 12	— 19,05
Custos trabalho independente	23	50	— 27	— 54,00
Conservação e reparação	44	52	— 8	— 15,38
Seguros	36	34	2	5,88
Custos judiciais	58	37	21	56,76
Outros custos	411	362	49	13,54
3 — Amortizações	533	599	— 66	— 11,02
Software	159	217	— 58	— 26,73
Equipamento	260	259	1	0,39
Imóveis	114	123	— 9	— 7,32
4 — Total dos custos operacionais	5 324	5 124	200	3,90
5 — Produto bancário	9 791	10 010	— 219	— 2,19
Resultado financeiro	8 451	9 208	— 757	— 8,22
Resultado de comissões e de outros custos e proveitos	1 340	802	538	67,08
6 — <i>Ratio cost to income</i> (4/5) (percentagem)	54,38	51,19	p.p. 3,19	6,23

Eficiência relativa

(Em percentagem)

Ratios	2005	2004	Variação	
			Valor	Percent.
1 — Custos com pessoal/produto bancário	37,36	33,75	p. p. 3,61	10,70
2 — Fornecimento e serviços de terceiros/produto bancário	11,57	11,46	p. p. 0,11	1,84
3 — Amortizações/produto bancário	5,45	5,98	p. p. — 0,53	— 8,86
4 — <i>Ratio cost to income</i> (1+ 2+ 3)	54,38	51,19	p. p. 3,19	6,23

Indicadores de funcionamento

(Em milhares de euros)

	2005	2004
Activo líquido/número de trabalhadores	3 251	2 978
Custos administrativos/activo líquido (percentagem)	1,30	1,54
Depósitos/número de empregados	2 762	2 547
Custos com pessoal/recursos alheios (percentagem)	1,13	1,16
Produto bancário/número de empregados	87	88
Volume de negócios/número de empregados	5 981	5 475
Total de empregados/número de balcões	7,1	7,1

Estes indicadores que avaliam o grau de eficiência da instituição são satisfatórios e, na generalidade, apresentam tendência de evolução positiva.

5.3 — Rendibilidade

(Em percentagem)

Indicadores de rendibilidade	2005	2004
A — Margem de lucro (ml)	12,49	15,84
B — Rendimento dos activos (ra)	4,84	5,31
C — Rendibilidade do activo líquido (ROA) = (ml) x (ra)	0,60	0,84
D — Relação activo líquido médio/rec. próprios médios (número)	9,08	9,46
E — Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	5,45	7,95
F — Resultado antes impostos/activo líquido médio	0,74	0,97
G — Produto bancário/activo líquido médio	2,75	3,03
H — Resultado antes impostos/rec. próprios médios	6,70	9,16

A — Resultados do exercício/proveitos totais.

B — Proveitos totais/activo líquido médio.

E — C x D.

As razões que determinaram os resultados, já atrás analisadas, justificam as quebras de rendibilidade que os indicadores indiciam.

6 — Indicadores prudenciais

(Em percentagem)

Indicadores prudenciais	2005	2004
Ratio de liquidez	102,80	111,80
Ratio de solvabilidade	22,93	20,96
Imobilizado líquido/fundos próprios	22,52	23,47
Provisões de crédito/crédito e juros vencidos	91,42	78,29
Provisões para riscos gerais de crédito/crédito concedido	1,01	1,05

Estes indicadores mostram valores muito positivos, sendo de realçar a evolução daquele que mede a taxa de cobertura do crédito vencido por provisões específicas.

Adequação dos fundos próprios (a)

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004	Variação	
			Valor	Percent.
Fundos próprios base elegíveis	36 646	34 470	2 176	6,31
Fundos próprios complem. elegíveis	1 856	586	1 270	216,72
Deduções	624	460	164	35,65
1 — Fundos próprios elegíveis	37 878	34 596	3 282	9,49
2 — Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados	165 163	165 038	125	0,08
3 — Requisitos de fundos próprios	13 213	13 203	10	0,08
4 — Fundos próprios disponíveis (1—3)	24 665	21 393	3 272	15,29
5 — Ratio de solvabilidade $[1 / (3 \times 12,5)]$ (percentagem)	22,93	20,96	0,0197	9,40

Adequação dos fundos próprios de base (a)

(Em milhares de euros)

Rubricas	2005	2004	Variação	
			Valor	Percent.
1 — Fundos próprios de base	36 646	34 470	2 176	6,31
2 — Requisitos de fundos próprios x 12,5	165 163	165 038	125	0,08
3 — Ratio de adequação dos fundos próprios de base (Tier 1)	22,19	21,21	p. p. 0,98	4,62

(a) De acordo com as determinações do Banco de Portugal (instrução n.º 16/2004).

7 — Proposta de aplicação dos resultados

Para os resultados líquidos apurados no fim do exercício de 2005, no montante de 2 150 062,15 euros, propõe-se a seguinte distribuição:

Reserva legal — 1 500 000 euros;
 Reserva especial — 649 062,15 euros;
 Reserva para educação e formação cooperativa — 500 euros;
 Reserva para mutualismo — 500 euros.

Se esta proposta de distribuição dos excedentes líquidos merecer a aprovação da assembleia geral, a situação líquida da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria passa a discriminar-se assim:

Capital social — 23 805 210 euros;
 Reservas — 15 768 953,93 euros;

Reserva legal — 12 000 000 euros;
 Reserva para educação e formação cooperativa — 15 000 euros;
 Reserva para mutualismo — 22 000 euros;
 Reserva de reavaliação — 586 214,94 euros;
 Reserva especial — 3 145 738,99 euros;
 Situação líquida — 39 574 163,93 euros.

Nota final

Nenhum facto relevante ocorreu desde o fim do exercício até esta data, que justifique referência especial neste relatório.

Leiria, 17 de Fevereiro de 2006. — A Direcção: (Assinaturas ilegíveis.)

Balanço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
10+11+130	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	9 777 111	—	9 777 111	9 422 315
12+13-130	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	11 117 918	—	11 117 918	10 424 096
20+21+280+2880					
2881+2890+2891	3 — Outros créditos sobre instit. de crédito	176 631 320	—	176 631 320	145 384 620
29000-29001					
29010-29011-2951					
16+22+23+282+283+					
287+2882+2883+	4 — Créditos sobre os clientes	147 781 834	9 988 782	137 793 052	142 682 069
2887+2892+2893+					
2897-29002-29003-					
29012-29013-					
29017-2952					
240+241+245+					
2480+250+251+	5 — Obrig. e outros títulos rendim. fixo	18 499 710	71 134	18 428 576	18 031 406
255+2580+26+					
2840+2884+2894-					
290140-2920-					
2921-2925-2953					
2400+2401+2410+					
2500+2501+2510+	a) Obrigações e outros títulos de rendimento				
2600+2601+2610+	fixo — emissores públicos	18 499 710	71 134	18 428 576	18 031 406
2840+2884+2894-					
290140 (1)-29200-					
29210-2925-2953					
2402+2411+2412+					
245+2480+255+					
2502+2511+2512+	b) Obrigações e outros títulos de rendimento				
2580+2602+2611+	fixo — de outros emissores	—	—	—	—
2612+2840+2884+					
2894-290140 (2)-					
29219-2925-2953					
2480+2580	(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
243+244+245+					
2481-24810+2490-					
2491+253+254+					
255+2581-25810+	6 — Acções e outros tit. de rendim. variável	—	—	—	—
2841-290141-291-					
2923-2924-2925-					
2953+5624 (dev.)					
400-490	7 — Participações	1 213 322	133 173	1 080 149	1 119 598
401-491	8 — Partes de capital empresas coligadas	—	—	—	—
41+460+4690-481	9 — Imobilizações incorpóreas	1 096 761	941 084	155 677	272 818
42+461+462+					
463+468+	10 — Imobilizações corpóreas	12 567 952	4 890 496	7 677 456	7 560 236
4691-482					
420+4280+461-					
4820-48280	(Dos quais: imóveis)	8 335 885	1 358 191	6 977 694	6 808 548
27003	11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
24810+25810	12 — Acções próprias, partes capital próprias	—	—	—	—
14+15+19+27-					
27003+402+	13 — Outros activos	3 660 185	1 043 496	2 616 689	1 952 833
409-29007-					
2959-299-499					
51+55+56 (dev.) (3)+	15 — Contas de regularização	2 108 425	—	2 108 425	2 611 543
58 (dev.)+59 (4)					
69 (dev.)	16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
Total do activo		384 454 538	17 068 165	367 386 373	339 461 534

PASSIVO

Código das contas		2005	2004
30+31+35 ⁽⁶⁾	1 — Débitos para com instituições de crédito	11 041 696	6 528 727
30020+30120+ 30220+31020+ 31220+31320+31920	a) À vista	41 696	28 727
1-1a)	b) A prazo ou com pré-aviso	11 000 000	6 500 000
32+33+35 ⁽⁶⁾	2 — Débitos para com os clientes	312 046 234	290 332 346
3213+3223	a) Depósitos de poupança	33 857 552	33 077 984
32-3213-3223+33+35	b) Outros débitos	278 188 682	257 254 362
3200+3210/20/30	ba) À vista	74 774 162	68 397 920
b)-ba)	bb) A prazo	203 414 520	188 856 442
34	3 — Débitos representados por títulos	—	—
341	a) Obrigações em circulação	—	—
340+342+349	b) Outros	—	—
36+39	4 — Outros passivos	480 029	358 806
52+54+56 (cred.)+ 58 (cred.)+59 ⁽⁵⁾	5 — Contas de regularização	2 756 734	2 535 044
610+611+612+613	6 — Provisões para riscos e encargos	1 487 516	1 568 114
612	a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
610+611+613	b) Outras provisões	1 487 516	1 568 114
619	6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
60	8 — Passivos subordinados	—	—
62	9 — Capital subscrito	23 805 210	23 519 605
632	10 — Prémios de emissão	—	—
630+631+635+639	11 — Reservas	13 032 677	11 257 811
633	12 — Reserva de reavaliação	586 215	586 215
66	13 — Resultados transitados	—	—
69 (cred.)	14 — Lucro do exercício	2 150 062	2 774 866
Total do passivo		367 386 373	339 461 534

Rubricas extrapatrimoniais

Código das contas		2005
90+970	1 — Passivos eventuais	11 996 147
	Dos quais:	
9010+9011	Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—
970	Cauções e activos dados em garantia	5 710 334
92	2 — Compromissos per. terceiros	12 453 049
	Dos quais:	
9200	Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

(1) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos.

(2) Parte do saldo relativo a obrigações e outros títulos de rendimento fixo de outros emissores.

(3) Excepto 5624, cujo saldo devedor é considerado na rubrica 6.

(4) Conforme o saldo global do razão (quando saldo devedor > saldo credor).

(5) Conforme o saldo global do razão (quando saldo credor > saldo devedor).

(6) Na rubrica «1 — Débitos para com instituições de crédito» é incluída a parte do saldo relativa a recursos de instituições de crédito e na rubrica «2 — Débitos para com clientes» a parte respeitante a recursos de terceiros.

A Direcção: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

DÉBITO

(Em euros)

Código das contas		2005	2004
A) Custos			
70	1 — Juros e custos equiparados	5 719 825	5 392 183
71	2 — Comissões	175 128	133 904

(Em euros)

Código das contas		2005	2004
72	3 — Prejuízos em operações financeiras	17 159	30 581
73+74	4 — Gastos gerais administrativos	4 791 002	4 525 592
73	a) Custos com o pessoal	3 657 525	3 378 458
	Dos quais:		
730+731	(— salários e vencimentos)	2 889 249	2 692 229
732+733	(— encargos sociais obrigatórios)	752 022	670 780
	Dos quais:		
73290/1/2	(— com pensões)	16 276	7 908
74	b) Outros gastos administrativos	1 133 477	1 147 134
78	5 — Amortizações do exercício	533 145	598 657
77	6 — Outros custos de exploração	106 126	614 579
790/1/2/3+799	7 — Provisões para crédito de cobr. duvid. e crédito vencido e para outros riscos	3 152 683	2 824 831
794	8 — Provisões para imobilizações financeiras	39 449	23 742
	10 — Resultado da actividade corrente	2 279 176	3 048 632
671	11 — Perdas extraordinárias	54 204	177 520
68	13 — Impostos sobre os lucros	469 075	417 537
76	14 — Outros impostos	5 998	6 286
69	15 — Lucro do exercício	2 150 062	2 774 866
	Total	17 213 856	17 520 278

CRÉDITO

Código das contas		2005	2004
B) Proveitos			
80	1 — Juros e proveitos equiparados	14 171 092	14 600 443
80240+80241+ 80245+80250+ 80251+80255+8026	(Dos quais: de títulos de rendimento fixo)	605 691	501 031
81	2 — Rendimento de títulos	17 184	57 934
81–81400–81401	a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	—	—
81400	b) Rendimento de participações	17 184	57 934
81401	c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
82	3 — Comissões	881 732	789 359
83	4 — Lucros em operações financeiras	178 120	166 022
840+841+842+ 843+845+849	5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	1 003 979	1 011 032
844	6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
89	7 — Outros proveitos de exploração	561 586	567 911
	8 — Resultados da actividade corrente	—	—
672	9 — Ganhos extraordinários	400 163	327 577
69	11 — Prejuízo do exercício	—	—
	Total	17 213 856	17 520 278

A Direcção: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005

(Valores expressos em euros)

Nota introdutória:

A CCAM de Leiria (adiante apenas designada por CCAM) foi constituída em 3 de Janeiro de 1915, tem actualmente como âmbito de acção e actividade os concelhos de Leiria, Marinha Grande e Ourém, sendo a cobertura feita através de uma rede de 16 balcões ligados *on line* entre si e a sede.

A CCAM é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas

pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados, nos limites e condições previstos no aviso n.º 6/99 do Banco de Portugal, bem como operações de crédito com finalidades diferentes das previstas no RJCAM, com os limites estabelecidos pela instrução n.º 31/99 do Banco de Portugal.

A CCAM fez parte do Sistema Integrado de Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), tendo a sua exoneração sido averbada pelo Banco de Portugal em 27 de Março de 2001, facto relevante na alteração de procedimentos no sentido da sua adaptação às novas condições, impondo uma evolução gradual para mecanismos próprios ou através de operadores de mercado em substituição das ligações à Caixa Central.

1 — Ajustamentos realizados para estabelecer uma correcta comparabilidade com o exercício anterior:

Não foram realizados quaisquer ajustamentos para estabelecer uma correcta comparabilidade com o exercício anterior; assim as demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis em todos os aspectos significativos com os valores publicados no exercício anterior.

2 — Eventuais situações que constando numa rubrica de balanço poderiam ser incluídas noutras rubricas:

Nas rubricas diversas do balanço, os registos contabilísticos estão classificados de acordo com a respectiva natureza, não existindo situações que poderiam ser classificadas noutras rubricas.

3 — Bases de apresentação, principais critérios e políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras da CCAM são apresentadas em euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal. Apenas para efeitos de reporte ao Banco de Portugal, as contas foram também reexpressas de acordo com a instrução n.º 23/2004, emitida por aquela entidade.

As demonstrações financeiras da CCAM em 31 de Dezembro de 2005, estão pendentes de aprovação pelos correspondentes órgãos sociais. No entanto é convicção da Direcção da CCAM que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações.

3.2 — Resumo dos principais critérios e políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004.

a) Especialização de exercícios. — A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

b) Operações em moeda estrangeira — A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2005, divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo Banco de Portugal. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

c) Obrigações, acções e outros títulos de rendimento fixo ou variável:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda dentro de um prazo que não poderá exceder os seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo são valorizadas com base na cotação de mercado, acrescida dos juros corridos e não cobrados. A diferença que resulta entre a aplicação deste critério e o custo de aquisição é registada como custo ou proveito. Não existindo valor de mercado, estes títulos são valorizados ao custo de aquisição, acrescido dos juros corridos desde a data do último vencimento. As diferenças apuradas entre o valor de aquisição e o valor de valorização são registadas como custos ou proveitos.

Títulos de investimento e títulos a vencimento:

Os títulos de investimento são aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda mas cuja retenção, em regra, ultrapassa seis meses, ou que, apesar de ser intenção da CCAM mantê-los na sua carteira até à data de reembolso, não observam as condições para serem classificados como títulos a vencimento.

Títulos a vencimento são aqueles que a instituição pretende manter até ao respectivo reembolso e cumprem com os requisitos enumerados no anexo à instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal. Tratam-se de títulos de rendimento fixo e data de reembolso determinada.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição, sendo os juros corridos, apurados com base no valor nominal e na taxa de juro

aplicável ao período, contabilizados nas respectivas contas de regularização do activo. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso, que constitui o prémio ou desconto verificado no momento da compra, é amortizada de modo escalonado pelo período que decorre até à data de vencimento dos títulos, por contrapartida de resultados.

A diferença, quando positiva, entre o custo de aquisição (corrigido dos montantes dos prémios ou dos descontos reconhecidos nos resultados) e o valor de mercado, é provisionada por contrapartida de resultados.

d) Participações e partes de capital em empresas coligadas. — Na rubrica de partes de capital em empresas coligadas são registadas as participações nas empresas em que a CCAM exerça uma posição de domínio e cujo interesse pela sua manutenção está ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro — empresas subsidiárias.

Na rubrica de participações são registadas as participações em empresas com percentagem de participação não inferior a 20%.

As partes de capital ou participações em empresas encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição.

e) Provisões para riscos de crédito. — As provisões para riscos de crédito foram apuradas nos termos do aviso n.º 3/95 o qual foi alterado pelos avisos n.º 2/99, n.º 3/99, n.º 7/2000, n.º 4/2002, n.º 8/2003, n.º 9/2003 e 2/2005, todos do Banco de Portugal, e incluem:

i) Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes, calculada mediante a aplicação de taxas que variam entre 0,5% e 100% sobre os saldos de crédito e juros vencidos, em função da classe de risco, da natureza do crédito e da existência ou não de garantias. Nos empréstimos com reembolso em prestações, a CCAM mantém o critério de apenas considerar vencida(s) a(s) prestação(ões) enquadável(is) na classe I (até três meses), assim a totalidade da dívida considera-se vencida com a transferência para a classe II;

ii) Uma provisão específica para créditos de cobrança duvidosa, apresentada no activo a deduzir à rubrica de créditos sobre clientes, correspondendo esta a uma percentagem que varia entre 0,5% e 100%, aplicada às prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos, bem como aos créditos vincendos sobre um mesmo cliente em que se verifique que o crédito e juros vencidos de todas as operações desse cliente excedem 25% do crédito total acrescido dos juros vencidos. Os juros vencidos são abatidos ao activo quando se encontram vencidos há mais de três meses, ainda que não sejam considerados totalmente irrecuperáveis numa óptica económica. Os juros nestas condições, posteriormente recuperados, são considerados como proveitos no exercício em que tal se verificar;

iii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de Provisões para riscos e encargos — outras provisões, calculada mediante a aplicação de uma percentagem que varia entre 0,5% e 1,5% do restante crédito não vencido concedido pela CCAM, no qual se inclui o representado por aceites, garantias e avales prestados.

f) Aplicações por recuperação de créditos. — As aplicações por recuperação de créditos correspondem a bens que vieram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido, sendo apresentadas na rubrica de outros activos. Estes activos são registados ao valor de aquisição, ajustado em função das avaliações efectuadas, com a constituição de provisão adequada para as respectivas menos-valias potenciais, sempre que o valor de aquisição dos bens recebidos por dação em pagamento é superior ao respectivo valor esperado de realização. As mais-valias potenciais não são relevadas contabilisticamente.

Estes activos não são objecto de qualquer amortização.

g) Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas são registadas ao custo de aquisição e a respectiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Número de anos
Imóveis	50
Beneficiações em imóveis arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
Viaturas	4

As beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, ao abrigo do aviso n.º 9/94, de 2 de Novembro, do Banco de Portugal, dado ser este o período que se considera reflectir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

h) Imobilizações incorpóreas. — O imobilizado incorpóreo da CCAM é composto essencialmente por despesas de constituição, com aquisição de *software* (sistemas de tratamento automático de dados) e despesas plurianuais, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de três anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

i) Complementos de pensões de reforma. — Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela segurança social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACTV), sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

j) Impostos sobre lucros:

Impostos correntes:

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

Até ao exercício de 2000 inclusive a CCAM era tributada pelo lucro consolidado apurado pelo processo de consolidação fiscal de contas da Caixa Central com as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas, no exercício de 2001 a CCAM passou a ser tributada em base individual ao abrigo do Estatuto Fiscal Cooperativo (EFC). Para o apuramento da repartição dos custos pelas actividades à taxa reduzida de 20% (abrangidas pelo EFC) e à taxa geral de 25% (excluídas do EFC), a CCAM criou um normativo interno que explicita os critérios seguidos no seu apuramento.

k) Fundo de Garantia de Depósitos. — Na sequência da exoneração do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) esta saiu do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo e aderiu ao Fundo de Garantia de Depósitos. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objectivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

Anualmente é devida uma contribuição para aquele Fundo. O limite do compromisso irrevogável de pagamento (montante até ao qual as instituições de crédito participantes podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento em que o Fundo o solicite, no todo ou em parte) a aplicar naquela contribuição anual foi fixado em 33% para o exercício de 2005.

Em 2005 a taxa contributiva de base aplicável à CCAM foi de 0,0375%, tendo a respectiva contribuição de 56 100,54 euros sido

reconhecida, tal como no exercício anterior, em custo do exercício a que diz respeito e registada em sub-rubrica de juros e custos equiparados.

4 — Quaisquer derrogações aos critérios valorimétricos:

Não foram efectuadas quaisquer derrogações aos critérios valorimétricos, não existindo pois qualquer influência sobre o património, a situação financeira, os resultados e a carga fiscal.

5 — Activos com valor de balanço diferente do valor de mercado:

As menos-valias referentes aos títulos de investimento e aos títulos a vencimento decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são provisionados de acordo com a política referida na nota n.º 3.2 alínea c), sendo o valor das provisões apresentado como dedução aos respectivos activos (v. nota n.º 10).

As aplicações para recuperação de créditos, elementos constantes na rubrica de 13, apresentam um custo de aquisição superior em 1 010 842 euros, ao respectivo valor de mercado, devidamente provisionado (v. nota n.º 24).

6 — Participações e partes de capital em empresas coligadas:

São consideradas empresas coligadas as participações de capital superiores a 50% em que seja exercido controlo pela CCAM. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro, cuja participação da CCAM no seu capital se situa entre 20% e 50% e em relação às quais não existe uma relação de domínio.

A CCAM em 31 de Dezembro de 2005 não detém quaisquer participações enquadráveis como coligadas ou associadas (pelo que as notas n.ºs 8 e 9, sobre créditos, e as notas n.ºs 20 e 21, sobre débitos, não são aplicáveis).

A provisão para menos-valias financeiras, no final dos exercícios de 2005 e 2004, destina-se a fazer face às desvalorizações de carácter permanente da seguinte participação:

	2005	2004
SIBS — Soc. Interbanc. de Serviços, S. A.	133 173	93 724

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

Das obrigações e títulos de rendimento fixo constantes na nota n.º 10, uma parte, no montante de 8 305 508 euros tem vencimento durante o exercício de 2006.

8 — Créditos sobre empresas participadas:

Não existem quaisquer créditos sobre empresas participadas.

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Não existem quaisquer créditos sobre empresas coligadas.

10 — Inventário da carteira de títulos:

O montante dos títulos de rendimento fixo detidos em 31 de Dezembro de 2005 apresenta a seguinte decomposição:

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade nominal	Valor médio de aquisição (percent.)	Valor de cotação (percent.)	Valor de balanço	
				2005	2004

B) Títulos — investimento:

De rendimento fixo — de emissores públicos:

De dívida pública portuguesa:

A curto prazo:

BT — 15 de Março de 2006	7 973 409	100,000	99,533	7 936 174	—
BT — 17 de Maio de 2006	372 757	100,000	99,082	369 335	—

A médio e a longo prazos:

OT 5,250% — Outubro 2000-2005	—	—	—	—	1 832 464
OT 4,875% — Agosto 2002-2007	5 000 000	103,530	103,160	5 158 000	6 050 874
OT 4,375% — Junho 2003-2014	2 297 625	107,790	107,860	2 476 659	—

(Em euros)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade nominal	Valor médio de aquisição (percent.)	Valor de cotação (percent.)	Valor de balanço	
				2005	2004
OT 3,000% — Julho 2003-2006	—	—	—	—	9 166 108
OT 3,250% — Julho 2004-2008	980 000	100,740	100,690	986 762	981 960
OT 3,350% — Outubro 2005-2015	1 508 434	100,320	99,550	1 501 646	—
<i>Total</i>	18 132 225			18 428 576	18 031 406

Dos 18 132 225 euros, relativos ao total do valor nominal dos títulos detidos por esta CCAM, 5 000 000 euros, referentes a OT 4,875% Agosto 2002-2007, encontram-se penhorados a favor do Banco de Portugal, para caução do crédito intradiário e 600 000 euros, referentes a OT 3,250% Julho 2004-2008, encontram-se penhorados a favor do Fundo de Garantia de Depósitos, para caução do compromisso irrevogável de pagamento de contribuições relativas aos contratos celebrados com aquele Fundo.

11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

O movimento verificado nas rubricas de imobilizações corpóreas e incorpóreas durante o exercício, foi o seguinte:

(Em euros)

	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dez. de 2005
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líquido)					
Imobilizações incorpóreas:									
Trespases	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	3 502	3 502	—	—	—	—	—	—	—
Custos plurianuais	6 480	6 480	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de investigação e desenvolvimento	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sistemas de tratamento auto- mático de dados	1 017 075	772 209	19 490	—	4 813	158 894	—	—	110 275
Outras	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações corpóreas:									
Imóveis de serviço próprio	6 091 633	1 087 634	—	—	—	106 382	—	—	4 897 617
Obras em imóveis arrendados	175 955	156 736	—	—	—	7 439	—	—	11 780
Outros imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	4 272 282	3 543 530	191 123	—	—	259 011	—	—	660 864
Património artístico	6 117	517	8 850	—	—	1 419	—	—	13 031
Outras imobiliz. corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso:									
Imobilizações incorpóreas	27 952	—	22 263	—	(4 813)	—	—	—	45 402
Imóveis	1 785 330	—	926 956	—	—	—	—	643 989	2 068 297
Equipamento	17 337	—	8 530	—	—	—	—	—	25 867
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobiliz. corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamentos por conta de imobilizações	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Totais	13 403 663	5 570 608	1 177 212	—	—	533 145	—	643 989	7 833 133

12 — Activos com carácter subordinado:

Não existem activos com esta natureza.

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Não existem activos com esta natureza.

14 — Duração residual dos créditos das rubricas 3 e 4 do activo:

Os créditos correspondentes à rubrica de 3 e 4 do activo encontram-se enquadrados nos seguintes prazos, de acordo com a sua duração residual:

Descrição — Prazo/exercício	Outros créditos sobre instít. de crédito		Créditos sobre clientes	
	2005	2004	2005	2004
Até três meses	107 436 720	118 215 382	7 491 665	7 692 419
De três meses a um ano	69 194 600	27 169 238	7 685 783	7 483 652
De um ano a cinco anos	—	—	33 194 189	35 490 990
Mais de cinco anos	—	—	72 639 715	72 625 037
Indeterminada	—	—	26 770 482	27 199 980
<i>Total</i>	176 631 320	145 384 620	147 781 834	150 492 078

15 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

Não foi efectuada qualquer reavaliação de imobilizado durante o exercício de 2005, e não foram feitas amortizações extraordinárias resultantes de medidas de carácter fiscal.

As reservas de reavaliação apresentavam, em 31 de Dezembro de 2004, o saldo de 586 215 euros, resultante da reavaliação efectuada em

exercícios anteriores ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro.

Como durante o exercício de 2005 não houve qualquer movimento nesta rubrica, em 31 de Dezembro de 2005, o saldo cifrava-se no mesmo valor.

As imobilizações corpóreas reavaliadas em exercícios anteriores resumem-se como segue:

Imobilizações corpóreas (mapas fiscais)	Custo histórico	Reava- liações	Amortizações acumuladas	Valor líquido contabilístico reavaliado
33.8	928,30	1 102,30	1 102,30	—
33.12	10 628,42	19 372,26	19 372,26	—
33.15	397 609,48	504 895,76	504 895,76	—
33.17	194 170,35	242 912,23	241 294,15	1 618,08
33.18	3 062 250,06	4 836 072,88	1 799 103,92	3 036 968,96
<i>Total</i>	3 665 586,61	5 604 355,43	2 565 768,39	3 038 587,04

16 — Trespases, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento:

As despesas que existem, desta natureza, estão totalmente amortizadas.

17 — Correções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado motivado por medidas de carácter fiscal:

Não existem quaisquer correções desta natureza.

18 — Duração residual dos débitos das rubricas 1.b), 2.a), 2.b), bb) e 3.b) do passivo:

Os débitos correspondentes às rubricas 1.b), 2.a), 2.b), bb) e 3.b) do passivo encontram-se enquadrados nos seguintes prazos:

Rubrica/prazo	Até três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Indeter- minado	Total
1.b) — A prazo ou com pré-aviso	11 000 000	—	—	—	—	11 000 000
2.a) — Depósitos de poupança	15 173 805	18 625 476	58 271	—	—	33 857 552
2.b) — Outros débitos	203 133 831	74 895 877	158 974	—	—	278 188 682
2.bb) — A prazo	128 359 669	74 895 877	158 974	—	—	203 414 520
3.b) — Outros	—	—	—	—	—	—

19 — Vencimento no ano que se segue à data do balanço de elementos de obrigações em circulação:

A CCAM não tem quaisquer passivos enquadráveis na rubrica 3.a) do passivo — obrigações em circulação.

20 — Débitos perante empresas participadas:

Não existem quaisquer débitos perante empresas participadas.

21 — Débitos perante empresas coligadas:

Não existem quaisquer débitos perante empresas coligadas.

22 — Passivos subordinados:

No presente exercício, bem como no exercício de 2004, não existem quaisquer passivos subordinados, dado que no exercício de 2002 a CCAM procedeu à liquidação antecipada do empréstimo subordinado que tinha sido concedido pelo Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, com os efeitos nas demonstrações financeiras detalhados na nota n.º 40.

23 — Compromissos com a prestação de garantias e rubricas extrapatrimoniais:

Passivos eventuais e compromissos:

As garantias emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão.

Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

Dada a sua natureza, os compromissos assumidos e as garantias prestadas não representam, necessariamente, requisitos futuros de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, existiam ainda os seguintes saldos relativos a rubricas extrapatrimoniais:

Rubrica extrapatrimonial	2005	2004
Garantias prestadas:		
Garantias e avals	6 218 949	8 455 346
Fianças e indemnizações	66 864	66 864
Garantias recebidas:		
Garantias e avals	33 028 842	32 721 093
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis	12 453 049	13 405 454
Responsabilidade por prestação de serviços:		
Cobrança de valores	3 986 211	5 085 903
Valores administrados pela CCAM	420 672	420 672

Rubrica extrapatrimonial	2005	2004
Serviços prestados por terceiros:		
Depósito e guarda de valores	6 318 988	6 427 577
Administração de valores	12 376 093	11 970 774
Garantias reais:		
Activos dados em garantia	5 710 334	5 710 917
Activos recebidos em garantia	90 812 151	93 041 242
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	3 549 638	3 562 823
Juros vencidos	703 939	723 148
Despesas de crédito vencido	191 687	168 781
<i>Total</i>	175 837 417	181 760 594

24 — Movimento de provisões:

O movimento verificado nas rubricas de provisões, durante o exercício, foi o seguinte:

Designação	Saldo inicial	Dotações	Tranfe-rências	Utili-zações	Anulações/ reposições	Saldo final
Créditos de cobrança duvidosa	83 429	142 916	—	—	7 799	218 546
Aplicações em instit. de crédito no País	—	—	—	—	—	—
Aplicações em instit. de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	—	—
Empresas participadas	—	—	—	—	—	—
Empresas coligadas	—	—	—	—	—	—
Crédito Interno	50 775	142 916	—	—	7 799	185 892
Outros	32 654	—	—	—	—	32 654
Créditos vencidos	7 759 234	2 670 533	—	3 402	623 475	9 802 890
Aplicações em instit. de crédito no País	—	—	—	—	—	—
Aplicações em instit. de crédito no estrangeiro	—	—	—	—	—	—
Empresas participadas	—	—	—	—	—	—
Empresas coligadas	—	—	—	—	—	—
Crédito interno	7 759 234	2 670 533	—	3 402	623 475	9 802 890
Outros	—	—	—	—	—	—
Depreciação de títulos de investimento	51 144	259 365	—	—	239 375	71 134
Outras aplicações	983 706	27 136	—	—	—	1 010 842
Imobilizações financeiras	93 724	39 449	—	—	—	133 173
Riscos gerais de crédito	1 350 776	52 732	—	—	133 330	1 270 178
Riscos de flutuação de câmbios	—	—	—	—	—	—
Pensões de reforma e de sobrevivência	—	—	—	—	—	—
Outros riscos e encargos	217 338	—	—	—	—	217 338
Riscos bancários gerais	—	—	—	—	—	—

25 — Critério utilizado para distinguir os títulos — negociação dos títulos — investimento e a vencimento, e das imobilizações financeiras:

Os critérios utilizados para distinguir os títulos — negociação dos títulos — investimento e a vencimento, e das imobilizações financeiras encontram-se devidamente explicitados nas notas n.ºs 3.2, alínea c), e 3.2, alínea d).

A rubrica 5 do activo refere-se apenas a títulos de investimento, dado tratarem-se de títulos de rendimento fixo (Bilhetes do Tesouro e Obrigações do Tesouro) adquiridos com a finalidade de permane-

cerem na posse desta CCAM por um prazo superior a seis meses, com o objectivo de obter um rendimento a médio prazo.

26 — Alienações de títulos a vencimento e transferências para títulos — investimento ou títulos — negociação:

No exercício de 2005 não ocorreram quaisquer operações deste tipo.

27 — Contas de regularização:

As contas de regularização apresentam a seguinte decomposição:

Contas de regularização	2005	2004
Despesas com custo diferido	59 397	70 912
De recursos alheios	—	—
Outras despesas	59 397	70 912
Comissões pagas	—	—
De operações extrapatrimoniais	—	—
Proveitos a receber	1 717 500	2 006 878
De disponibilidades	9 889	11 766
De aplicações	1 698 183	1 979 900
De imobilizações	—	—
De outros proveitos a receber	—	—
De operações extrapatrimoniais	9 428	15 212

Contas de regularização	2005	2004
Receitas com proveito diferido	332 252	609 306
De aplicações	77 639	47 399
De recursos alheios	—	—
Outras receitas	250 243	558 760
De operações extrapatrimoniais	4 370	3 147
Custos a pagar	2 006 578	1 630 843
De recursos alheios	1 254 038	892 792
De capitais próprios e equiparados	—	—
De custos administrativos	461 016	424 528
Outros custos a pagar	291 524	313 523
De operações extrapatrimoniais	—	—

28 — Informações adicionais sobre títulos (em euros):

a) Montante ainda não imputado a resultados, referente a títulos de investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	367 485
b) Valor contabilístico dos títulos de investimento	18 499 710
Valor dos títulos de investimento a preços de mercado	18 430 135
Diferença entre o valor contabilístico e os preços de mercado	69 575

29 — Capital subscrito durante o exercício:

No exercício de 2005 o capital subscrito e as variações no capital apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	Incorporação de reservas	Emissão/reembolso de títulos de capital	Total
Saldo inicial	13 000 000	10 519 605	23 519 605
Aplicação de resultados	1 000 000	—	1 000 000
Emissão de títulos de capital	—	200 440	200 440
Reembolso de títulos de capital	—	— 914 835	— 914 835
Saldo final	14 000 000	9 805 210	23 805 210

Para as emissões de títulos de capital está prevista remuneração de acordo com a taxa de juro mais alta atribuída aos depósitos a prazo no exercício, acrescida de bonificação de 30% e com o limite global de 30% do resultado líquido do exercício, conforme o n.º 3 do artigo 73.º do Código Cooperativo. Segundo as condições de emissão este capital pode ser reembolsável, a pedido do detentor, subordinado às condições do artigo 17.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo.

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, CRL, encontra-se disperso por 13 242 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de 35 000 euros (7000 títulos de capital) no capital da CCAM.

30 — Existência de partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares:

Não existem quaisquer partes de capital beneficiárias, obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares.

31 — Outros activos e passivos:

Estas rubricas decompõem-se como segue:

Outros activos (rubrica 13 do activo)

Descrição	2005	2004
152 — Numismática e medalhística	125	77
27000 — Devedores por bonificações a receber	—	—
27002 — Devedores por IRC a recuperar	—	61 381
27009 — Devedores diversos	172 396	186 590
2740 — Aplicações por recuperação de créditos (imóveis)	3 088 626	2 322 107
2749 — Aplicações por recuperação de créditos (outros)	399 038	399 038
29007 — Provisões para cobrança duvidosa para devedores e outras aplicações	(32 654)	(32 654)
299 — Provisões para outras aplicações	(1 010 842)	(983 706)
<i>Total</i>	2 616 689	1 952 833

Os imóveis incluídos na rubrica de aplicações por recuperação de créditos são normalmente mantidos em carteira por prazos que não excedem o limite previsto pelo Banco de Portugal. No caso de se prever a manutenção dos imóveis por um prazo superior a dois anos, é especificamente requerida autorização para prorrogação desse prazo.

Outros passivos (rubrica 4 do passivo):

Descrição	2005	2004
360 — Fornecedores	124 258	82 230
369 — Credores diversos	65 450	45 640
3900 — Imposto sobre rendimento a pagar	29 215	—
3901 — Imposto sobre valor acrescentado a pagar	6 394	7 593
3902 — Retenção de impostos na Fonte	161 171	136 954
3904 — Contribuições para a segurança social	71 540	67 571
391 — Cobranças por conta de terceiros	3 111	2 756
394 — Contribuições para o SAMS	16 739	14 051
395 — Contribuições para Fundos de Pensões	2 151	2 011
Total	480 029	358 806

32 — Fundos administrados em nome próprio mas por conta de outrem:

Não existem quaisquer fundos administrados pela instituição em nome próprio mas por conta de outrem.

33 — Operações a prazo não vencidas à data do balanço, incluindo contratos de futuros e opções, e relacionadas com custos e proveitos em operações financeiras:

Não existem quaisquer operações desta natureza.

34 — Número médio anual de trabalhadores:

Durante o exercício de 2005 o número médio anual de trabalhadores, por grandes categorias profissionais foi o seguinte:

Categorias profissionais	2005	2004
Gerentes	4	3
Chefe de serviços	4	3
Coordenador de área	1	1
Chefe de secção	9	12
Chefe de sector	1	1
Coordenador de delegação	12	12
Técnicos	7	3
Assistente técnico	5	—
Administrativos	63	71
Telefonistas	1	1
Auxiliar técnico de manutenção	3	3
Empregadas da limpeza	3	4
Total	113	114

35 — Remuneração dos órgãos de direcção e de fiscalização:

As remunerações pagas pela CCAM aos membros dos órgãos de Direcção e de Fiscalização, e os créditos concedidos a membros dos órgãos referidos, apresentam o seguinte detalhe:

Órgãos sociais	Remunerações		Crédito concedido	
	2005	2004	2005	2004
Direcção	212 299	206 415	75 106	80 012
Conselho fiscal	46 928	42 870	—	—
Total	259 227	249 285	75 106	80 012

Não foram efectuados quaisquer adiantamentos e a CCAM não assumiu ou contratou quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para os membros dos órgãos sociais, para além dos cobertos pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo.

O crédito concedido à Direcção, enquadra-se no âmbito do n.º 4 do artigo 85.º do RGICSF.

36 — Serviços de gestão e de representação de terceiros:

A CCAM não presta quaisquer serviços de gestão ou de representação de terceiros que assumam dimensão significativa.

37 — Montante global dos elementos do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira:

O montante global dos elementos do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira apresentam a seguinte decomposição por rubrica:

Rubrica	Conversão	
	2005	2004
101 — Notas e moedas estrangeiras	70 673	39 682

38 — Segmentação por linhas de negócio e por mercados geográficos:

As operações realizadas no exercício de 2005, tiveram origem na sua totalidade no território nacional. Relativamente à segmentação por linhas de negócio, considerámos os segmentos banca de retalho, banca comercial e outros, conforme modelo apresentado no anexo V. 1, tendo sido parte dos custos e proveitos imputados com base em coeficientes de repartição, respeitando os montantes relativos, dos correspondentes activos e passivos.

39 — Outros custos e proveitos de exploração, e perdas e ganhos extraordinários:

A.6 — Outros custos de exploração:

Descrição	2005	2004
7700 — Quotizações	24 986	23 731
7701 — Donativos	75 225	587 240
7799 — Outros custos	5 915	3 608
Total	106 126	614 579

No ano de 2004, a conta 7701 incluía uma verba de 500 000 euros relativa à dotação inicial para constituição da Fundação Caixa Agrícola de Leiria.

A.11 — Perdas extraordinárias:

Descrição	2005	2004
6710 — Menos-valias na realiz. de valores imobilizados	—	—
6712 — Multas e outras penal. contratuais	—	3 545
6713 — Prej. por extravio, roubo ou falsif.	2 047	6 555
6718 — Perdas relat. a exerc. anteriores	51 594	166 742
6719 — Outras perdas extraordinárias	563	678
Total	54 204	177 520

B.7 — Outros proveitos de exploração:

Descrição	2005	2004
892 — Proveitos pela prestação de serviços diversos	91 298	29 027
893 — Reembolso de despesas	151 002	198 499
895 — Recup. de créditos, juros e despesas	89 346	94 627
899 — Outros	229 940	245 758
Total	561 586	567 911

B.9 — Ganhos extraordinários:

Descrição	2005	2004
6720 — Mais-valias na realiz. de valores imobiliários	14 022	2 724
6721 — Indemnização por incumprimento de contratos	—	—
6728 — Ganhos relativos a exerc. anteriores	16 277	12 926
6729 — Outros ganhos extraordinários	369 864	311 927
Total	400 163	327 577

Em cada um dos anos de 2004 e 2005, a conta 6729 inclui o montante de 308 518 euros, referentes à parte imputada a cada exercício, relativamente ao valor total do desconto obtido no reembolso antecipado do empréstimo concedido pelo FGCAM (v. nota n.º 40).

40 — Encargos imputados e pagos relativos a passivos subordinados:

Não existem encargos imputados nem encargos pagos no exercício, relativos a passivos subordinados, dado que, como se referiu na nota n.º 22, no exercício de 2002 a CCAM procedeu à liquidação antecipada do empréstimo subordinado que tinha sido concedido pelo

FGCAM, obtendo um desconto, cujo impacto nas demonstrações financeiras se resume no quadro seguinte:

Descrição	2005	2004
Proveitos imputados no exercício	308 518	308 518
Proveitos diferidos para exercícios futuros	250 243	558 760

41 — Imposto sobre o rendimento:

A CCAM está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) e à correspondente derrama, sendo que até ao exercício de 2000 inclusive era tributada pelo lucro consolidado, resultante do processo de consolidação das contas da Caixa Central com as das CCAM suas associadas.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda susceptíveis de revisão.

Não existem diferenças temporais entre os resultados contabilísticos e os resultados tributáveis deste exercício, que originem impostos sobre o rendimento a pagar em exercícios futuros.

A reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro tributável, a estimativa de impostos sobre os lucros e os impostos sobre os rendimentos pagos, com referência aos exercícios de 2003, 2004 e 2005 analisam-se como segue:

	2005	2004	2003
Lucro contabilístico antes de impostos	2 619 138	3 192 403	3 823 473
Reintegrações e amortizações não aceites	7 741	4 124	4 060
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais	52 732	40 469	342 401
Donativos não previstos ou além dos limites legais	67 075	58 100	24 260
Insuficiência da estimativa para impostos	—	4 060	954
Multas e penalidades	—	3 544	8 156
Menos-valias contabilísticas	—	—	1 514
Mais-valias fiscais	12	1 362	6 050
40% de aumento das reintegrações resultantes de reavaliações	12 127	12 702	15 830
Despesas com ajudas de custo (20% em 2003 e 2004)	—	13 677	13 111
Correcções relativas a exercícios anteriores	29 268	2 995	2 855
Redução de provisões tributadas	—	63 106	65 915
Mais-valias contabilísticas	— 14 022	— 2 724	— 13 642
Menos-valias fiscais	— 15 164	—	—
Excesso da estimativa para impostos	—	—	—
Benefícios fiscais	— 17 417	— 249 653	— 114 085
Outros	—	—	—
Prejuízo fiscal (regime geral)	—	—	—
Lucro tributável (regime geral)	2 059 166	1 687 012	1 404 075
Lucro tributável (regime de redução de taxa)	682 324	1 330 941	2 644 947
Prejuízos fiscais dedutíveis (regime geral)	—	—	— 364 469
Matéria colectável (regime geral)	2 059 166	1 687 012	1 039 606
Matéria colectável (regime de redução de taxa)	682 324	1 330 941	2 644 947
Taxa normal de imposto sobre o lucro tributável (percentagem)	25,00	25,00	30,00
Taxa reduzida de imposto sobre o lucro tributável (percentagem)	20,00	20,00	20,00
Colecta	651 256	687 941	840 871
Deduções à colecta	— 325 628	— 343 970	— 345 983
Diferença nos termos do artigo 86.º	69 663	—	—
Derrama	64 865	68 450	84 087
Tributações autónomas	8 919	5 116	5 645
Estimativa de impostos sobre lucros (a)	469 075	417 537	584 620
Retenções na fonte	174	262	262
Pagamentos por conta normais/especiais	439 686	478 656	558 876
IRC a pagar/receber (v. nota n.º 31)	29 215	— 61 381	25 482
IRC efectivamente pago ou a pagar	469 075	417 537	588 680
Diferença entre o IRC pago ou a pagar e o estimado	—	—	4 060
Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico (percentagem)	17,91	13,08	15,40

(a) A estimativa para impostos sobre lucros inclui uma taxa de tributação autónoma de 5% (6% em 2003 e 2004) sobre despesas de representação, despesas com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, e (apenas em 2005) despesas com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador.

42 — Proporção em que o imposto sobre lucros incide sobre os resultados correntes e os resultados extraordinários:

Proporção do IRC sobre os resultados correntes em 2004 — 13,70%.

Proporção do IRC sobre os resultados correntes em 2005 — 20,58%.

Em 2004 e 2005, apesar dos resultados extraordinários serem positivos, verifica-se no entanto que o montante do imposto sobre os lucros excede em 178,25% e 35,59%, respectivamente, os referidos resultados extraordinários.

43 — Inclusão em contas consolidadas:

Em 2001 esta CCAM deixou de fazer parte do perímetro de consolidação de contas do SICAM e do Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo, cuja sede social é na Rua Castilho, 233-A, 1099-004 Lisboa.

44 — Empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia:

Não existem filiais fora do território nacional.

45 — Operações de locação financeira e operacional:

Não existem operações desta natureza.

46 — Compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e de regularização:

Não existem operações desta natureza.

47 — Transacções com empresas do Grupo:

Não existem operações desta natureza.

48 — Informações sobre operações de titularização:

Não existem operações desta natureza.

49 — Informações sobre a cobertura de responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência:

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência estão cobertas pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, do qual é associada a CCAM de Leiria, e que se encontra sob a gestão da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.

A avaliação actuarial contempla os trabalhadores no activo, reformados e pensionistas, e os benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões, são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições do Crédito Agrícola Mútuo (ICAM).

De acordo com as cláusulas 109.º, 110.º e 111.º do ACTV, os participantes ao abrigo deste Plano terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e actualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Em 31 de Dezembro de 2005, a população da CCAM de Leiria, abrangida, distribuía-se de acordo com o seguinte quadro:

População	Particip./ beneficiários
Participantes activos	114
Participantes com licença sem vencimento	1
Reformados por velhice	5
Reformados por invalidez	1
Reformados por antecipação	1
Pensionistas por viuvez	2

As responsabilidades globais do Plano de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo com activos, reformados e pensionistas ascendiam, em 31 de Dezembro de 2005, a 11 116 532,35 euros, sendo o valor do património do Fundo de Pensões de 12 392 815,36 euros.

Assim, nesta data e para os parâmetros em vigor, as responsabilidades encontram-se totalmente constituídas com um grau de cobertura de 111,48%.

Os valores das responsabilidades do Plano de Pensões com as reformas por velhice e sobrevivência diferida, para os trabalhadores no activo, da CCAM de Leiria, relativamente a 31 de Dezembro de 2005, são os que seguidamente se indicam:

Responsabilidades	Valores
Reforma por velhice:	
Responsabilidades totais	135 115,22
Serviços passados (1)	98 604,59
Sobrevivência diferida:	
Responsabilidades totais	19 662,73
Serviços passados (2)	15 321,29
Totais (1) + (2)	113 925,88

Conforme o estipulado nos artigos 1.º e 11.º do aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, a desagregação do montante reconhecido como custo do exercício com as responsabilidades do Plano de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo, assenta nos seguintes valores:

Custo dos serviços correntes — 321 784,75 euros;
Custo do juro — 653 803,77 euros;
Rendimento esperado dos activos do Fundo — 669 521,13 euros.
Amortização de serviços passados em — 31 de Dezembro de 1994 — nada a referir;
Custo de reformas antecipadas — 290 169,63 euros;
Perdas financeiras — 36 130,10 euros;
Perdas actuariais relativas a diferenças entre os pressupostos e os valores realizados — 52 983,53 euros.

Foram entregues contribuições para o Fundo de Pensões, no montante de 1 409 508,08 euros, sendo 16 275,53 euros referentes à contribuição desta CCAM no ano de 2005.

Do total das pensões pagas pelo Fundo de Pensões durante o ano de 2005, no montante de 699 107,08 euros, 339 523,10 euros destinaram-se aos reformados por velhice, 279 043,28 euros aos reformados por invalidez, 33 190,20 euros aos reformados por antecipação, 37 702,22 euros aos pensionistas por viuvez e 9 648,36 euros aos órfãos.

Relativamente às pensões em curso de pagamento dos actuais reformados e pensionistas por viuvez da CCAM de Leiria, os valores das responsabilidades totais são os que seguidamente se apresentam:

Responsabilidades	Valores
Reformados por velhice	100 987,59
Reformados por invalidez	62 803,38
Reformados por antecipação	—
Pensionistas por viuvez	141 771,96
Totais	305 562,94

Na avaliação actuarial, foram utilizados os seguintes pressupostos financeiros e demográficos (em percentagem):

Pressupostos financeiros:

Taxa de crescimento salarial futura	3,00
Taxa de crescimento do salário mínimo nacional	4,50
Taxa de rendimento do Fundo	6,00
Taxa técnica actuarial	6,00
Taxa de crescimento das pensões	2,00
Taxa de revalorização de salários para a segurança social — Decreto-Lei n.º 35/02	2,25
Taxa de revalorização de salários para a segurança social — Decreto-Lei n.º 329/93	2,00

Pressupostos demográficos:

Tábua de mortalidade	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK 80
Idade de reforma	65 anos

Na determinação da pensão da segurança social, tomou-se, como crescimento salarial para a carreira contributiva passada, o do índice de preços no consumidor sem habitação.

Para estimação do salário pensionável e, consequentemente, da pensão, utilizou-se a tabela do ACTV para o ano de 2005, com as promoções obrigatórias por antiguidade, de acordo com a cláusula 15.ª do ACTV, bem como as diuturnidades até à aposentação, definidas na cláusula 81.ª do mesmo documento.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *projected unit credit*, para a reforma por velhice e sobrevivência diferida, e o dos prémios

únicos sucessivos, para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

50 — Informações sobre participações financeiras:

As participações financeiras, detidas em 31 de Dezembro de 2005, apresentam a seguinte decomposição:

Entidade participada	Valor de aquisição	Valor de mercado ou v. presumível de transacção	Menos-valia latente	Mais-valia latente	Provisões do exerc.	Provisões acumuladas	Valor de balanço
Fenacam, FCRL	60	506	—	446	—	—	60
SIBS, S. A.	1 210 682	196 751	1 013 931	—	39 449	133 173	1 077 509
Mapicentro, S. A.	600	1 490	—	890	—	—	600
Swift, SCRL	1 980	2 712	—	732	—	—	1 980

As provisões para participações financeiras foram constituídas de acordo com a disciplina estabelecida no aviso n.º 4/2002, tendo sido registadas como custos do exercício.

50-A — Valorização pelo justo valor das imobilizações financeiras:

As imobilizações financeiras detidas por esta CCAM não se enquadram no âmbito do Decreto-Lei n.º 88/2004.

51 — Outras informações relevantes para apreciação das demonstrações financeiras:

Não existem outras informações de natureza significativa que possam influenciar uma correcta apreciação da situação financeira desta Caixa.

A Direcção: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Modelos de segmentação por «linhas de negócio» em 31 de Dezembro de 2005

ANEXO V. I

	Corporate finance (a)	Trading and sales (b)	Corretagem (retalho) (c)	Banca de retalho (d)	Banca comercial (e)	Pagamentos e liquidação (f)	Custódia (g)	Gestão de activos (h)	Outros	Recon- ciliação	Total
Juros e proveitos equiparados	—	—	—	4 750 476	8 484 464	—	—	—	936 152	—	14 171 092
Juros e custos equiparados	—	—	—	5 074 609	393 702	—	—	—	251 514	—	5 719 825
Comissões (proveito)	—	—	—	643 012	218 702	—	—	—	20 018	—	881 732
Comissões (custo)	—	—	—	—	—	—	—	—	175 128	—	175 128
Rendimento de títulos	—	—	—	—	—	—	—	—	17 184	—	17 184
Lucros em operações financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	178 120	—	178 120
Prejuízos em operações financeiras	—	—	—	—	—	—	—	—	17 159	—	17 159
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	—	—	—	217 829	541 677	—	—	—	244 473	—	1 003 979
Outros proveitos de exploração	—	—	—	749 136	2 142 092	—	—	—	261 455	—	3 152 683
Resultado líquido do exercício	—	—	—	411 592	139 983	—	—	—	10 011	—	561 586
Créditos sobre clientes	—	—	—	55 256	1 900 440	—	—	—	194 366	—	2 150 062
Débitos para com clientes	—	—	—	79 216 034	52 998 212	—	—	—	5 578 806	—	137 793 052
Activo líquido total	—	—	—	291 694 795	16 390 205	—	—	—	3 961 234	—	312 046 234
				92 544 627	268 302 268	—	—	—	6 539 478	—	367 386 373

(a) Fusões e aquisições, subscrição e colocação, privatizações, titularização e análise financeira.

(b) Gestão carteira própria de títulos, operações cambiais, de taxa de juro, operações de reporte e de empréstimo de títulos.

(c) Particulares: recepção, transmissão e execução de ordens.

(d) Particulares: crédito e depósitos.

(e) Empresas: empréstimos, financiamento de projectos, de comércio e às exportações, imobiliário, factoring, leasing e garantias.

(f) Pagamentos, transferência definidos, compensação e liquidação.

(g) Serviços de custódia e de agente pagador.

(h) Gestão de fundos de investimento.

A Direcção: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, que evidência um total de balanço de 367 386 373 euros e um resultado líquido de 2 150 062 euros, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, C.R.L., em 31 de Dezembro de 2005, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2006. — Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.da, representada por José Barata Fernandes, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

No decorrer do ano de 2005, o conselho fiscal acompanhou permanentemente a actividade da Caixa, controlando as suas contas através da documentação produzida, contactando directamente com os serviços e reunindo frequentemente com a direcção.

Para além deste controlo com carácter de continuidade, o conselho fiscal analisou e emitiu os respectivos pareceres sobre o relatório do

controlo interno, elaborado pela Direcção e enviado ao Banco de Portugal, e sobre o plano de actividades e orçamento para o exercício de 2006.

No âmbito das nossas funções analisámos em pormenor os mapas do balanço, os mapas da demonstração de resultados e outros correspondentes ao encerramento das contas de 2005 e ainda o anexo, o que nos permitiu conhecer adequadamente a situação financeira e económica da instituição.

O relatório da direcção afigura-se rigoroso, e suficientemente claro e esclarecedor da evolução dos negócios da Caixa Agrícola de Leiria.

Verificámos que a proposta para a aplicação dos resultados cumpre os requisitos legais.

Pudemos aceder às certificações legais das contas e tivemos em conta o seu teor.

Assim, face às conclusões resultantes do nosso trabalho ao longo do ano junto dos serviços, da análise dos elementos produzidos pela contabilidade, das informações prestadas pela direcção e do teor dos relatórios emanados do revisor oficial de contas, somos do parecer que:

- 1.º Seja aprovado o relatório da direcção;
- 2.º Sejam aprovadas as contas do exercício de 2005;
- 3.º Seja aprovada a aplicação dos excedentes proposta pela direcção.

O conselho fiscal propõe ainda que esta assembleia aprove um voto de louvor à direcção e a todos os trabalhadores da Caixa, pelo esforço desenvolvido em favor da instituição que servem.

Leiria, 15 de Março de 2006. — O Conselho Fiscal: (Assinaturas ilegíveis.) 3000207061

FIBEIRA FUNDOS — SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S. A.

Sede social: Praça Duque de Saldanha, 1, 11.º, Lisboa.

Capital social: 523 950,00 euros (integralmente realizado).

Pessoa colectiva n.º 501858458.

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 66 160.

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração

Srs. Accionistas:

Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação o relatório, balanço e contas de resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

No decorrer do exercício de 2005 a sociedade preparou o lançamento de um Fundo Imobiliário Fechado cujo pedido de autorização foi entregue na CMVM no último trimestre do ano.

O resultado líquido do exercício foi negativo em 49 233,50 euros, o qual propomos seja levado à conta de resultados transitados.

Relativamente às contas com o Estado, nomeadamente com a segurança social e Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) é de referir que se encontram em dia.

Para além do supra mencionado, não ocorreram factos relevantes posteriores a 31 de Dezembro de 2005, que justifiquem qualquer ajustamento ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo.

Lisboa, 10 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.)

Balanços em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

ACTIVO

(Em euros)

Código das contas	Notas	2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido
10	1 — Caixa e disponib. em bancos centrais	8 062	—	8 062	150
12	2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	200 000	—	200 000	121 086
41+46	9 — Imobilizações incorpóreas	—	—	—	—
42+46+4	10 — Imobilizações corpóreas	20 777	(2 038)	18 739	14 276